O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE E OS CRIMES AMBIENTAIS: UMA FORMA JUSTA DE SANCIONAR AS CONDUTAS LESIVAS OU PERIGOSAS A BENS JURÍDICOS, NO RAMO DO DIREITO AMBIENTAL, EM OBSERVÂNCIA À PROPORCIONALIDADE COM O DANO CAUSADO.

THE PRINCIPLE OF PROHIBITION OF DISABLED PROTECTION AND CRIMES AGAINST NATURE: A FAIR WAY TO SANCTION THE INJURIOUS OR DANGEROUS CONDUCT TO LEGAL GOODS, IN THE BRANCH OF ENVIRONMENTAL LAW, IN COMPLIANCE WITH THE PROPORTIONALITY WITH THE DAMAGE CAUSED.

Ana Clara Resende¹

Resumo: Baseando-se na premissa de que a natureza não apresenta meios próprios para se defender de ações degradantes do homem, foi necessário se criarem formas para a proteção do bem jurídico que é o meio ambiente. E sendo ele protegido pela Constituição e classificado como direito fundamental é de responsabilidade do Estado Democrático de Direito assegurá-lo, seja por meios positivos, ou negativos. Contudo, por vezes, essa proteção é deficiente ou ineficaz. Dessa forma é imprescindível considerar os princípios norteadores do Direito, como o Princípio da Proibição da Proteção Deficiente, tema deste artigo, para, assim, se chegar a uma forma mais justa de sancionar as condutas lesivas ao meio ambiente.

Palavras-chave: proteção; meio ambiente; crime ambiental; proporcionalidade; princípio da proibição da proteção deficiente;

Abstract: Based on the premise that nature does not have its own means to defend human degrading actions, it was necessary to create ways to protect the legal good and the environment. And being elected by the Constitution and classified as a fundamental right is a responsibility of the Democratic State of Right ensure it by positive or negative means. However, sometimes such protection is poor or ineffective. In this way it is imperative to consider the principles of Law, such as the Principle of Prohibition of Disabled Protection, subject of this article, in order to obtain a fairer way of sanctioning the harmful conduct to the environment.

Keywords: protection; environment; Environmental crime; proportionality; Prohibition of poor protection;

¹Discente do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN.
Contato: clara.rp13@yahoo.com.br

1- Introdução

A responsabilidade penal surge quando o sujeito, por meio de uma conduta omissiva ou comissiva, dolosa, ou culposa, viola uma norma de direito penal e pratica um crime ou uma contravenção penal. Os crimes constituem-se em ofensas graves a bens jurídicos. O meio ambiente é um desses bens jurídicos de imensurável valor e de difícil reparação, muitas vezes até impossível.

O meio ambiente sadio é um direito de todo ser humano, pois a sobrevivência de todos os seres esteve e sempre estará condicionada à sua interação com ele. Tal questão é imprescindível para a proteção ambiental e, há muito, clama-se pelo êxito das medidas protetivas. Porém, no Brasil, as medidas/sanções administrativas, civis e penais têm-se revelado insuficientes para protegê-lo.

Em harmonia com o princípio do respeito à dignidade humana, princípio da proibição da proteção deficiente e o princípio da proporcionalidade é que se desenvolve a ideia de responsabilidade objetiva em sede de danos ambientais e que se pode fazer valer as sanções aplicadas a quem danificar o meio ambiente. Os princípios presentes no nosso ordenamento pátrio são as principais normas fundamentais de conduta de um indivíduo mediante às leis já impostas e podem até ser classificados como a base do próprio Direito. São o alicerce para qualquer indivíduo.

É evidente que o Direito Penal pode ser acionado quando nenhuma outra área do Direito seja suficiente a tutelar os bens jurídicos. Trata-se da aplicação do princípio da subsidiariedade. Contudo, quando utilizado, deve ser efetivo, algo que não vem ocorrendo.

O Princípio da Proibição da Proteção Deficiente, emanado diretamente do Princípio da Proporcionalidade, propõe uma alternativa de maneira a evitar a tutela penal insuficiente.

2 - Do conceito de meio ambiente

A definição legal de meio ambiente se encontra no artigo 3º, I, da Lei 6.938/1981. Segundo o comando normativo, o meio ambiente é o “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

As palavras “meio” e “ambiente” significam o entorno, aquilo que envolve e o espaço. O alcance da expressão é mais extenso do que o de simples ambiente. Como expõe o doutrinador Marcelo Abelha Rodrigues, com a coordenação de Pedro Lenza:

A expressão “meio ambiente”, como se vê na conceituação do legislador da Lei n. 6.938/81, não retrata apenas a ideia de espaço, de simples ambiente. Pelo contrário, vai além para significar, ainda, o conjunto de relações (físicas,

químicas e biológicas) entre os fatores vivos (bióticos) e não vivos (abióticos) ocorrentes nesse ambiente e que são responsáveis pela manutenção, pelo abrigo e pela regência de todas as formas de vida existentes nele (RODRIGUES, 2013, p.69).

Em síntese:

O meio ambiente corresponde a uma interação de tudo que, situado nesse espaço, é essencial para a vida com qualidade em todas as suas formas. Logo, a proteção do meio ambiente compreende a tutela de um meio biótico (todos os seres vivos) e outro abiótico (não vivo), porque é dessa interação, entre as diversas formas de cada meio, que resultam a proteção, o abrigo e a regência de todas as formas de vida (RODRIGUES, 2013, p.70).

O conceito de meio ambiente previsto no art. 3º, I, da Lei n. 6.938/81 tem por finalidade a proteção, o abrigo e a preservação de todas as formas de vida. Para se chegar a esse objetivo, deve-se resguardar o equilíbrio do ecossistema.

2.1 - Do conceito de Direito Ambiental

É complexa a conceituação do Direito Ambiental. Frederico Amado afirma ser ele “um ramo do direito público composto por princípios e regras que regulam as condutas humanas que afetem, potencial ou efetivamente, direta ou indiretamente, o meio ambiente, quer o natural, o cultural ou o artificial” (AMADO, 2013, p. 15).

Luíz Fernando Coelho o define como “um complexo de normas jurídicas que, ao limitar o direito de propriedade e o direito de exploração econômica dos recursos ambientais, visam preservar o meio ambiente com o intuito de conseguir uma melhor qualidade de vida para o ser humano” (Apud FREITAS, Vladimir Passos de. Direito administrativo e meio ambiente. 3ª ed. Curitiba: Juruá, 2003, p. 19).

Edis Milaré, por sua vez, classifica-o como o “conjunto de princípios e normas que têm o objetivo de regular aquelas atividades humanas capazes de afetar direta ou indiretamente a qualidade do meio ambiente globalmente considerado, tendo em vista a sustentabilidade das presentes e futuras gerações.” (MILARÉ, 2004, p. 134).

2.2 - Breve histórico do Direito Ambiental no Brasil

A Revolução Industrial, ocorrida século XVIII, foi o marco inicial de uma conscientização mundial acerca do meio ambiente. A intensa atividade humana, especialmente a industrial, associada ao acelerado crescimento demográfico, provocou consideráveis impactos ambientais provenientes do consumo de recursos naturais e da geração de resíduos e rejeitos industriais, exigindo a criação de um conjunto de regras que permitissem os necessários avanços tecnológicos sem se descuidar, contudo, da imprescindível proteção ao

meio ambiente.

Esta crescente tendência mundial, na positivação das normas protetivas do meio ambiente, ganhou corpo, mais especificamente, após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente – CNUMA (Estocolmo, 1972) pela ONU.

Houve, também, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992. Nela, além da reafirmação dos compromissos assumidos com a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, as nações participantes puderam estabelecer uma nova e justa parceria global, mediante a criação de novos níveis de cooperação entre os Estados e os indivíduos, trabalhando com vistas à conclusão de acordos internacionais que respeitassem os interesses de todos e protegessem a integridade do sistema global de meio ambiente e desenvolvimento, reconhecendo a natureza integral e interdependente da Terra. Nesse sentido, nesta conferência ficou estabelecido, por exemplo, que:

O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. (SAMPAIO, 2014, pag. 8).

No Brasil, várias foram as Leis cunhadas e dirigidas à proteção do meio ambiente. Em 04.06.2010, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) publicou uma cronologia¹ da legislação ambiental brasileira, digna de nota:

1. Ano 1605 – surge a primeira lei de cunho ambiental no país: o regimento do Pau-Brasil voltado à proteção das florestas.
2. Ano 1797 – carta régia afirma a necessidade de proteção dos rios, nascentes e encostas, que passam a ser declarados propriedades da Coroa.
3. Ano 1799 – é criado o Regimento de Cortes de Madeiras, cujo teor estabelece rigorosas regras para a derrubada de árvores.
4. Ano 1850 – é promulgada a Lei 601/1850, a primeira Lei de Terras do Brasil. Ela disciplina a ocupação do solo e estabelece sanções para atividades predatórias.
5. Ano 1911 – é expedido o Decreto 8.843, que cria a primeira reserva florestal do Brasil, no antigo Território do Acre.
6. Ano 1916 - Surge o Código Civil Brasileiro, que elenca várias disposições de natureza ecológica. A maioria, no entanto, reflete uma visão patrimonial, de cunho individualista.

¹ <https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/2219914/linha-do-tempo-um-breve-resumo-da-evolucao-da-legislacao-ambiental-no-brasil>

7. Ano 1934 - São sancionados o Código Florestal, que impõe limites ao exercício do direito de propriedade, e o Código de Águas. Eles contêm o embrião do que viria a constituir, décadas depois, a atual legislação ambiental brasileira.
8. Ano 1964 – é promulgada a Lei 4.504, que trata do Estatuto da Terra. A lei surge como resposta a reivindicações de movimentos sociais, que exigiam mudanças estruturais na propriedade e no uso da terra no Brasil.
9. Ano 1965 – passa a vigorar uma nova versão do Código Florestal, ampliando políticas de proteção e conservação da flora. Inovador, estabelece a proteção das áreas de preservação permanente.
10. Ano 1967 - são editados os Códigos de Caça, de Pesca e de Mineração, bem como a Lei de Proteção a Fauna. Uma nova Constituição atribui à União competência para legislar sobre jazidas, florestas, caça, pesca e águas, cabendo aos Estados tratar de matéria florestal.
11. Ano 1975 - inicia-se o controle da poluição provocada por atividades industriais. Por meio do Decreto-Lei 1.413, empresas poluidoras ficam obrigadas a prevenir e corrigir os prejuízos da contaminação do meio ambiente.
12. Ano 1977 - é promulgada a Lei 6.453, que estabelece a responsabilidade civil em casos de danos provenientes de atividades nucleares.
13. Ano 1981 – é editada a Lei 6.938, que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente. A lei inova ao apresentar o meio ambiente como objeto específico de proteção.
14. Ano 1985 – é editada a Lei 7.347, que disciplina a ação civil pública como instrumento processual específico para a defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
15. Ano 1988 – é promulgada a Constituição de 1988, a primeira a dedicar capítulo específico ao meio ambiente. Avançada, impõe ao Poder Público e à coletividade, em seu art. 225, o dever de defender e preservar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras.
16. Ano 1991 – o Brasil passa a dispor da Lei de Política Agrícola (Lei 8.171). Com um capítulo especialmente dedicado à proteção ambiental, o texto obriga o proprietário rural a recompor sua propriedade com reserva florestal obrigatória.

17. Ano 1998 – é publicada a Lei 9.605, que dispõe sobre crimes ambientais. A lei prevê sanções penais e administrativas para condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
18. Ano 2000 – surge a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/00), que prevê mecanismos para a defesa dos ecossistemas naturais e de preservação dos recursos naturais neles contidos.
19. Ano 2001 – é sancionado o Estatuto das Cidades (Lei 10.257), que dota o ente municipal de mecanismos visando permitir que seu desenvolvimento não ocorra em detrimento do meio ambiente.
20. Este histórico deve ser atualizado com a inserção da Lei Complementar 140/2011, que regula as competências ambientais comuns entre as entidades políticas, bem como do novo Código Florestal (Lei 12.651/2012).

2.3 - Objetivo do Direito Ambiental

A natureza não apresenta meios próprios para se defender de ações degradantes do homem. Por isso, o artigo 225, §3º, da Constituição da República, contém um mandado de criminalização, estatuído nos seguintes termos:

As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Nesta mesma linha, sintetiza a doutrinadora Ana Paula Fernandes Nogueira Cruz:

De certa forma o meio ambiente sempre esteve sob tutela penal ao longo da evolução histórica de nosso Direito positivo. Da mesma maneira que ocorreu com a proteção constitucional do meio ambiente, também a sua tutela criminal foi gradativamente se modificando. De um período inicial em que se realizava a tutela penal de forma indireta, mediante a criminalização de condutas que atingiam bens individuais e, por via reflexa, iriam acarretar alguma consequência para a tutela ambiental, passamos a proteger o meio ambiente de forma setorizada, mediante a tutela penal de determinados bens ambientais isoladamente considerados. Finalmente passamos à proteção sistemática do meio ambiente considerando em si mesmo como um bem passível de tutela penal específica. (CRUZ, 2008, p. 49).

A importância do meio ambiente é evidente, afinal a sobrevivência humana no planeta sempre estará vinculada à sua interação com o meio ambiente. A necessidade de preservação é real, pois todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e para assegurar a efetividade desse direito sua codificação é imprescindível.

3 - Tutela jurisdicional do meio ambiente

Como registrado, o Direito Ambiental visa à proteção do meio ambiente e à garantia da evolução social com a manutenção eficiente deste.

Todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Trata-se de um direito fundamental difuso e eventual dano causado a ele não se limita a um prejuízo individual, mas afeta a todos, ou seja, prejudica a coletividade.

O meio ambiente no Brasil é tutelado simultaneamente nas áreas civil, administrativa e criminal, conforme está previsto no §3º, do artigo 225, da Constituição Federal, não havendo *bis in idem*, mas independência de instâncias.

Enquanto na esfera penal e na administrativa não se exige a ocorrência de um dano efetivo para haver violação das normas de proteção, bastando a simples ameaça concreta de dano, na área civil, a reparação pressupõe que a degradação gere um dano ao ambiente.

Em virtude disso, não é necessário que haja, de fato, uma lesão ao bem jurídico ambiental, bastando apenas uma mera ameaça concreta de perigo para que o julgador conceda uma tutela jurisdicional preventiva de maneira a inibir que ocorra, de fato, um dano ao ambiente, tudo em aplauso aos Princípios da Prevenção e da Precaução.

A jurisdição, por sua vez, precisa ser provocada como estipula o Princípio da Inércia. E a provocação é feita por meio do exercício do direito de ação, definido por Humberto Theodoro Junior “como um direito público subjetivo exercitável pela parte para se exigir do Estado a obrigação da tutela jurisdicional, pouco importando seja esta amparo ou desamparo à pretensão de quem o exerce” (1999, p. 51).

O exercício do direito de ação dá início ao processo, podendo este ser individual ou coletivo, a depender do tipo de lesão causada ao meio ambiente e a prestação que se busca. De toda sorte, qualquer pessoa prejudicada por uma conduta humana poluidora poderá ingressar em juízo para postular uma reparação civil, patrimonial ou moral, sendo preciso demonstrar a violação do direito subjetivo por parte de outrem, direto ou indireto, que causou uma degradação ambiental.

A Constituição Federal elenca uma série de artigos referentes à proteção ambiental e proporciona uma base para que haja punições em outras esferas do Direito. Não obstante a importância dos meios protetivos garantidos pelos outros ramos do Direito, a este trabalho importa a análise da proteção penal do meio ambiente, uma vez que esta proteção tem se dado de maneira insuficiente. Com efeito, a despeito dos relevantes bens jurídicos tutelados, as

sanções aplicáveis aos infratores são diminutas, muitas vezes, inferiores às sanções cominadas a outros delitos, indubitavelmente, menos relevantes.

3.1 - O dever que o Estado possui de proteger o meio ambiente

A Constituição da República alçou o direito ao meio ambiente a um fundamental. À vista disso, é dever do Estado a defesa e a preservação do meio ambiente, sendo consagrado no art. 225 da Constituição e presentes também em outras leis.

O artigo 24 da Constituição Federal, por sua vez, defere à União, aos Estados e ao Distrito Federal competência concorrente para legislar sobre diversas matérias, entre elas:

- I – direito (...) urbanístico;
(...)
- VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;
- VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; (...)

Assim, a União legislará em face de interesses nacionais, enquanto os Estados o farão mediante problemas regionais e os Municípios apenas diante de interesses especificamente local.

O direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado conduz a diversas ações por parte do Estado e também de particulares. Ainda que pareça óbvio o papel do Estado em proteger e proporcionar um equilíbrio ao meio ambiente, quando um direito fundamental for alvo de uma postura inadequada de um terceiro particular, é evidente que se deve cobrar medidas de proteção ao Estado, pois é sobre ele que recai o imperativo de tutela.

Contudo essa proteção se mostra, por vezes, deficiente e é de extrema necessidade que se defina a quem se dirige o comando da proteção, quais os meios que serão possíveis para a proteção e o que deve ser protegido de fato, para, então, ser viável avaliar se a proteção é ou não insuficiente ou se houve uma possível omissão.

4 - Responsabilidade criminal por dano ambiental

Obviamente, todas as atitudes que um ser humano praticar contra o meio em que ele vive será acompanhado de consequências. Sejam atitudes impensadas, egoístas, devastadoras, supérfluas, indiretas ou diretas, sorrateira ou aparente, sempre será uma agressão contra todas as formas de vida, principalmente a humana, sendo condição para sua existência a preservação do meio ambiente como um todo. Chegando ao limite do intolerável, nada mais

lógico que a sociedade não dependa apenas de sanções civis e administrativas para se fazer valer o direito ao meio ambiente saudável para todos. Afinal de contas, “preservar e restabelecer o equilíbrio ecológico em nossos dias é questão de vida ou morte”. (RODRIGUES, 2016, p. 344).

Além das agressões que ultrapassam os limites estabelecidos por lei, também são considerados crimes ambientais as condutas que ignoram normas ambientais, mesmo que não sejam causados danos ao meio ambiente. Desse modo, será um crime ambiental todo e qualquer prejuízo causado aos elementos que compõem o ambiente: flora, fauna, recursos naturais e o patrimônio cultural.

A tutela penal do meio ambiente é conduzida pela Lei 9.605/1998, Lei dos Crimes Ambientais, e esta regulamentou o artigo 225, §3º da Constituição Federal, ao se prever a responsabilidade penal da pessoa jurídica conjuntamente com a pessoa física. Como disposto no artigo 3º da Lei de Crimes Ambientais:

As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

Como exposto, as pessoas físicas sofrem sanções quando lesionam o bem jurídico, meio ambiente, e são elas: penas privativas de liberdade: reclusão, detenção e prisão simples; penas restritivas de direito (art. 8º): prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direitos, suspensão parcial ou total de atividades, prestação pecuniária e recolhimento domiciliar; e a pena de multa: cálculo a ser estabelecido nos termos do art. 18.

Na mesma linha de raciocínio, considerando que a referida lei busca dar atuação à responsabilidade penal da pessoa jurídica, é incontestável a necessidade de se preverem para elas sanções diferenciadas. Afinal, obviamente é impossível pensar-se em penas restritivas de liberdade para os entes morais. São, então, as seguintes penas aplicáveis às pessoas jurídicas (art. 21): pena de multa: cálculo a ser estabelecido nos termos do art. 18 da Lei n. 9.605/98; penas restritivas de direito (art. 22): suspensão total ou parcial de atividades, interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações; prestação de serviços à comunidade (art. 23): custeio de programas e de projetos ambientais; execução de obras de recuperação de áreas degradadas; manutenção de espaços públicos; contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas; liquidação forçada de pessoa jurídica (art. 24), em casos

extremos.

Os Tribunais Superiores certa vez pacificaram o entendimento de que, para que possa haver a responsabilização da pessoa jurídica, é verdadeiro requisito que seja também responsabilizado o representante responsável pela decisão. Fala-se, justamente, na dupla imputação como pressuposto para o apenamento do ente moral. Considerando a seguinte jurisprudência:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE. DENÚNCIA. INÉPCIA. SISTEMA OU TEORIA DA DUPLA IMPUTAÇÃO. NULIDADE DA CITAÇÃO. PLEITO PREJUDICADO.

I — Admite-se a responsabilidade penal da pessoa jurídica em crimes ambientais desde que haja a imputação simultânea do ente moral e da pessoa física que atua em seu nome ou em seu benefício, uma vez que ‘não se pode compreender a responsabilização do ente moral dissociada da atuação de uma pessoa física, que age com elemento subjetivo próprio’ cf. Resp n. 564960/SC, 5ª Turma, Rel. Ministro Gilson Dipp, DJ de 13/06/2005 (Precedentes).

II — No caso em tela, o delito foi imputado tão somente à pessoa jurídica, não descrevendo a denúncia a participação de pessoa física que teria atuado em seu nome ou proveito, inviabilizando, assim, a instauração da persecutio criminis in iudicio (Precedentes).

III — Com o trancamento da ação penal, em razão da inépcia da denúncia, resta prejudicado o pedido referente à nulidade da citação.

No entanto, Supremo Tribunal Federal rompeu com tal linha jurisprudencial ao admitir a possibilidade da pessoa jurídica figurar sozinha no polo passivo da ação penal. Trata-se do RE 548.181, cuja decisão fora publicada em 30 de outubro de 2014. Em julgamento de Recurso Extraordinário, a Primeira Turma, por 3 votos a 2, permitiu que a Petrobrás S/A figurasse sozinha no polo passivo da ação penal. Vencedora, a relatora Ministra Rosa Weber argumenta que “as organizações corporativas complexas da atualidade se caracterizam pela descentralização e distribuição de atribuições e responsabilidades, sendo inerentes, a esta realidade, as dificuldades para imputar o fato ilícito a uma pessoa concreta”.

No seu entendimento, a aplicação do art. 225, §3º da CF/88 não deve ser restringida às pessoas físicas sob pena de permitir a impunidade dos crimes cometidos por grandes corporações, nas quais estão diluídas as competências e processos decisórios de modo que, em determinadas situações, é verdadeiramente impossível que se aponte um único agente a ser penalmente responsabilizado. Nos termos da relatora, “em não raras oportunidades, as responsabilidades internas pelo fato estarão diluídas ou parcializadas de tal modo que não permitirão a imputação de responsabilidade penal individual”.

As penas previstas pela Lei de Crimes Ambientais são aplicadas conforme a gravidade da infração: quanto mais reprovável a conduta, mais severa a punição. A Lei 9.605 cuidou de

trazer os crimes cometidos contra o meio ambiente.

Estão tipificadas os crimes: contra a fauna do artigo 29 ao 37 da Lei 9.605, que são as agressões cometidas contra animais silvestres, nativos ou em rota migratória, como a caça, pesca, transporte e a comercialização sem autorização; os maus-tratos; também estão incluídas as agressões aos habitats naturais dos animais, como a modificação, danificação ou destruição de seu ninho, abrigo ou criadouro natural. A introdução de espécimes animal estrangeiras no país sem a devida autorização também é considerado crime ambiental, assim como a morte de espécimes devido à poluição;

Os crimes contra a flora do artigo 38 ao 53 da mesma Lei no qual expõe que causar destruição ou dano a vegetação de Áreas de Preservação Permanente, em qualquer estágio, ou a Unidades de Conservação; provocar incêndio em mata ou floresta ou fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocá-lo em qualquer área; extração, corte, aquisição, venda, exposição para fins comerciais de madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal sem a devida autorização ou em desacordo com esta; extrair de florestas de domínio público ou de preservação permanente pedra, areia, cal ou qualquer espécie de mineral; impedir ou dificultar a regeneração natural de qualquer forma de vegetação; destruir, danificar, lesar ou maltratar plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia são crimes;

Do artigo 54 ao 61 referentes a poluição e outros crimes ambientais expõe que causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora; causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população; causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade; dificultar ou impedir o uso público das praias; ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos, entre outras condutas.

Do art. 62 ao 65 são referentes aos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural, no qual tipifica que destruir ou deteriorar bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, e agir do mesmo modo sobre arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial"; alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local

especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida”; “Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano.”

Do art. 66 ao 69 são dos Crimes contra a Administração Ambiental, no qual discorre que fazer o funcionário público afirmação falsa ou enganosa, omitir a verdade, sonegar informações ou dados técnico-científicos em procedimentos de autorização ou de licenciamento ambiental; conceder o funcionário público licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais, para as atividades, obras ou serviços cuja realização depende de ato autorizativo do Poder Público; deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental; obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público no trato de questões ambientais; elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão.

De sua análise, nota-se que o legislador não cominou para a maioria dos delitos ali previstos pena superior a 2 anos. Ao fazê-lo equiparou os crimes ali citados a crimes de menor potencial ofensivo, o que não pode ser tolerado.

Evidente que o Direito Penal tem um importante papel na proteção ambiental, tanto pela importância do meio ambiente para a preservação da vida humana, quanto pela força que a sanção penal causa. De fato,

A luta na defesa do meio ambiente tem encontrado no Direito Penal um de seus mais significativos instrumentos. Muitas são as hipóteses em que as sanções administrativas ou civis não se mostram suficientes para a repressão das agressões contra o meio ambiente. O estigma de um processo penal gera efeitos que as demais formas de repressão não alcançam.

(...)

Realmente, a sanção penal em determinados casos se faz necessária não só em função da relevância do bem ambiental protegido, como também da sua maior eficácia dissuasória. (FREITAS, Vladimir Passos de; FREITAS, Gilberto Passos de. 2000, p. 30)

Portanto, tal responsabilidade criminal é imprescindível para a proteção ambiental e há muito tempo se clama, em vão, pelo seu sucesso. Mas, agora que a humanidade está com uma consciência ambiental mais forte, no que diz respeito à preservação, exigindo as devidas cobranças a quem o prejudicar, é necessário que a lei maior se faça cumprir e que, de fato, o

Direito, em especial, o Direito Penal consiga proibir investidas contra o meio ambiente, entendido em seu sentido lato.

5 - Conceito do Princípio da Proibição da Proteção Deficiente

A Proteção Deficiente, tema do presente artigo, é um conceito que pode ser entendido, nas palavras de Alexandre Moreira Van Der Broocke, como:

A Proibição da proteção deficiente, antes de mais nada, é um critério de verificação de constitucionalidade, além de ser, ao lado da proibição do excesso, uma componente do conceito de proporcionalidade. Desta feita, pode-se afirmar com tranquilidade que a proibição da proteção deficiente assume uma natureza instrumental no que diz respeito à aplicação das normas constitucionais e, principalmente, no tocante aos direitos fundamentais. (BROOCKE, 2014, p.51).

O princípio em questão está ligado a uma omissão do Estado ou a um agir defeituoso, no sentido de não cumprir o que lhe foi proposto. Esse agir deficitário pode ser verificado tanto aos direitos fundamentais prestacionais, quanto aos direitos fundamentais de defesa.

Essa vertente do Princípio da Proporcionalidade chama-se de Princípio da Proibição da Proteção Deficiente, que pode ser entendido “como um critério estrutural para a determinação dos direitos fundamentais, com cuja aplicação pode-se determinar se um ato estatal – por antonomásia, uma omissão – viola um direito fundamental de proteção” (STRECK, 2005, p. 180).

6 - Relação entre o Princípio da Proibição da Proteção Deficiente e o Princípio da Proporcionalidade

Inicialmente, é necessário ressaltar que o instituto da proibição de proteção deficiente é corolário do princípio da proporcionalidade. É o que nos ensina Rogério Greco quando diz que “podemos, ainda, extrair duas importantes vertentes do princípio da proporcionalidade, quais sejam, a proibição do excesso, *Übermassverbot*, e a proibição de proteção deficiente, *Untermassverbot*”(2011, p 77).

Sendo o princípio da proporcionalidade recepcionado pela Constituição Federal, em vários dispositivos, como por exemplo: na exigência da individualização da pena (art.5º, XLVI), na proibição de determinadas modalidades de sanções penais (art.5º, XLVII), na admissão de maior rigor para infrações mais graves (art.5º, XLII, XLIII, XLIV).

Em matéria penal, mais especificamente, segundo Cesar Roberto Bitencourt (2014, p.68), “a exigência de proporcionalidade deve ser determinada mediante um juízo de

ponderação entre a carga coativa da pena e o fim perseguido pela comunicação penal” (apud HASSEMER, 1984, p.279).

Portanto, devido ao princípio da proporcionalidade, exige-se ponderação em todos os tipos de crimes quanto a pena a ser aplicada, inclusive nos de menor potencial ofensivo. Ainda segundo a doutrina do Bitencourt,

O princípio da proporcionalidade não é outra coisa senão uma concordância material entre ação e reação, causa e consequência jurídico-penal, constituindo parte do postulado de justiça: ninguém pode ser incomodado ou lesionado em seus direitos com medidas jurídicas desproporcionadas (apud HASSEMER, 1984, p. 279).

Como exposto acima, os termos, proibição de excesso e proibição de proteção são desenvolvimentos do princípio da proporcionalidade. Pode-se ver essa subdivisão do princípio da proporcionalidade nas palavras do Rogério Sanches Cunha:

Alertamos, no entanto, que o princípio em estudo não pode compreender apenas a proibição do excesso. Diante do plexo de direitos e garantias explicitados na Constituição, tem o legislador (e o juiz) também a obrigação de proteger os bens jurídicos de forma suficiente (CUNHA, Rogério Sanches, 2013 p.378).

Nesse sentido, manifesta-se Streck:

O princípio da proporcionalidade tem sua principal área de atuação no âmbito dos direitos fundamentais, isso porque é o responsável por determinar os limites – máximos e mínimos – de intervenções estatais nas esferas individuais e coletivas, sempre tendo em vista as funções e os fins buscados pelo Estado Democrático de Direito. Essa característica se mostra mais visível quando falamos no Direito Penal, uma vez que, responsável por tutelar os bens jurídicos constitucionais, esse ramo do direito deverá zelar, ao mesmo tempo, pela proibição de abusos – arbitrariedades – estatais, bem como efetivar as necessidades fundamentais do indivíduo e da sociedade conforme estabelecido nas diretrizes constitucionais.

[...] devemos diferenciar a estrutura argumentativa do princípio da proporcionalidade, enquanto empregado para o controle de intervenção aos direitos fundamentais, a partir de duas vertentes: de defesa ou de prestação. A primeira, de acordo com a orientação clássica da proibição de excesso (*Übermassverbot*), a segunda, identificando-se com a proibição de infraproteção (*Untermassverbot*). (STRECK, 2009, p. 65, 73-74).

7 – Origem jurisprudencial do Princípio da Proibição da Proteção Deficiente

Foi no Tribunal Constitucional Federal Alemão que o princípio em questão apareceu pela primeira vez. Em 1993, em demanda ajuizada pelo governo da Baviera, discutiu-se, em sede de controle abstrato, a constitucionalidade da 15ª Lei de Mudança do Direito Penal (15StÄG), que estabelecia uma causa de exclusão de ilicitude para o aborto levado a efeito até a décima segunda semana de gestação, e desde que a gestante se encontrasse em um "estado geral de necessidade".

Naquela hipótese, o Tribunal Constitucional Federal foi provocado a decidir acerca da postura adotada pelo Estado-Legislador, pois o Código Penal Alemão (StGB), incluía uma causa que justificava e afastava a ilicitude do aborto nas condições acima mencionadas.

Então, o Tribunal Constitucional Federal partiu da razão de que mesmo por um período limitado, o direito à vida do nascituro não pode ser entregue à livre decisão, não vinculada juridicamente, de um terceiro, mesmo que se trate da mãe do nascituro. Assim sendo, a estipulação de um prazo, no caso em questão, 12 semanas, para que um aborto fosse considerado como justificado e, portanto, não antijurídico seria algo que se revelaria incongruente com as concepções constitucionais conferidos aos conceitos de dignidade e de nascituro.

No caso em discussão, o governo da Baviera buscava ver reconhecida a inconstitucionalidade da substituição da proteção conferida pelo Direito Penal à vida intrauterina, por medidas outras escolhidas pelo legislador federal. A proibição pela via da criminalização de condutas foi apontada como sendo uma das formas de ampliação da esfera de autonomia do indivíduo titular de um direito fundamental. Além dessa função da lei penal, não há como negar que a criminalização de condutas serve, também, ao propósito de conferir proteção aos bens jurídicos considerados relevantes pelo Estado-Legislador. O importante é que se mantenha em foco que nenhum direito, seja ou não fundamental, pode ser considerado absoluto.

7.1 - O Princípio da Proibição da Proteção Deficiente no STF

O primeiro precedente no qual o Supremo Tribunal Federal usou o Princípio da Proibição da Proteção Deficiente foi em um julgamento do recurso extraordinário nº 41.8376/MS, decidido em 2005, em que o recorrente buscava ver reformado julgado no qual havia sido afastada a incidência da causa de extinção de punibilidade consistente no casamento da vítima com o autor do crime de estupro.

O réu cometera crime de estupro contra uma criança de 9 anos de idade, e após os fatos, a vítima passou a conviver com o réu, com quem, inclusive, teve um filho. Portanto, em sua defesa, ele buscava ver aplicada a analogia para que fosse estendida à união estável (que alegava manter com a ofendida), a causa de extinção de punibilidade de que tratava o artigo 107, inciso VII, do Código Penal com redação anterior à entrada em vigor da Lei nº 11.106/2005. O voto do ministro relator, Marco Aurélio, orientou-se pelo sentido da reforma do acórdão do Tribunal de Justiça, com a consequente absolvição do réu, reconhecendo-se, a

incidência da causa de extinção da punibilidade naquele específico caso. Nessa esteira, o relator indicou que, com a reclusão do réu, quem sofreria as consequências de sua ausência seria o filho nascido da união entre acusado e ofendida, já que ambos conviviam como se casados fossem.

Já o ministro Gilmar Mendes expôs o fato de que a família que o constituinte buscou proteger é aquela construída sobre relações de afeto, e não o agregado fundado na inobservância dos direitos fundamentais conferidos às crianças e aos adolescentes. A esse respeito, o ministro Gilmar Mendes, prolator do voto vencedor, fundamentou sua decisão no princípio da proibição de proteção deficiente, defendendo a impossibilidade de extensão da causa de exclusão de punibilidade para o caso específico de que tratava o recurso em julgamento. Segundo o prolator do voto, diante das circunstâncias fáticas que cercavam o caso concreto, em especial a peculiaridade de que o réu era casado com a tutora da criança, o Estado-Juiz não poderia obstar o exercício do direito de punir, nem tampouco abrir mão do meio de proteção fundamentado no Direito Penal.

A união estável, que se equipara a casamento por força do art.226, §3º, da Constituição Federal, é uma relação de convivência e afetividade em que homem e mulher de idade adulta, de forma livre e consciente, mantém com o intuito de constituírem família. Não se pode equiparar a situação dos autos a uma união estável, nem muito menos, a partir dela, reconhecer, na hipótese, um casamento para fins de incidência do art.107, inciso VIII, do Código Penal. De outro modo, estar-se ia a blindar, por meio de norma penal benéfica, situação fática indiscutivelmente repugnada pela sociedade, caracterizando-se típica hipótese de proteção insuficiente por parte do Estado, num plano mais geral, e do Judiciário, num plano mais específico.

O direito fundamental afetado pelos meios de proteção colocados à disposição do Supremo Tribunal Federal na ocasião era a liberdade do recorrente.

O ministro Gilmar Mendes, neste precedente em que é citada a proibição da proteção deficiente, entendeu que não era permitido ao Estado abrir mão do Direito Penal como meio de proteção ao bem jurídico tutelado, sendo-lhe vedado atribuir sentido ao texto legal e constitucional de forma tal que a conduta do então recorrente fosse considerada criminalmente irrelevante. Segundo o ministro a avaliação dos diagnósticos e prognósticos de que se valeu o Congresso Nacional para decidir por este ou aquele meio de proteção, ou, ainda, entre esta ou aquela intensidade de intervenção penal, consistirá no critério de averiguação da observância da proporcionalidade por parte do Estado-Legislator.

A reserva de lei penal configura-se como reserva legal proporcional (Vorbehalt des verhältnismässigen Gesetzes): a proibição de excesso (Übermassverbot) funciona como limite máximo, e a proibição de proteção deficiente,

(Untermassverbot) como limite mínimo da intervenção legislativa penal. Abre-se, com isso, a possibilidade do controle da constitucionalidade da atividade legislativa em matéria penal. Se é certo, por um lado, que a Constituição confere ao legislador uma margem discricionária para a avaliação, valoração e conformação quanto às medidas eficazes e suficientes para a proteção do bem jurídico penal, e, por outro, que a mesma Constituição impõe ao legislador os limites do dever de respeito ao princípio da proporcionalidade, é possível concluir pela viabilidade da fiscalização judicial da constitucionalidade dessa atividade legislativa. O Tribunal está incumbido de examinar se o legislador considerou suficientemente os fatos e prognoses e se utilizou de sua margem de ação de forma adequada para a proteção suficiente dos bens jurídicos fundamentais.

Ademais, o método do sopesamento, que nada mais é que uma análise de interesses contrapostos para aferir qual princípio prevalecerá naquela situação específica, seguindo-se os requisitos da adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito; É expressamente citado no voto em discussão, tornando clara a proximidade, ou até mesmo identidade, das feições atribuídas pela jurisprudência ao conceito de proibição da proteção deficiente no Brasil e de untermassverbot na Alemanha.

Segundo o ministro Gilmar Mendes:

O ato não será adequado quando não proteja o direito fundamental de maneira ótima; não será necessário na hipótese de existirem medidas alternativas que favoreçam ainda mais a realização do direito fundamental; e violará o subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito se o grau de satisfação do fim legislativo é inferior ao grau em que não se realiza o direito fundamental de proteção.

7.2- O Princípio da Proibição da Proteção Deficiente e o Meio Ambiente

Como registrado, o direito a um meio ambiente equilibrado é um direito fundamental. Trata-se de bem jurídico dos mais caros, não podendo o legislador pátrio cuidar das ofensas contra ele de maneira tão displicente.

Ao atribuir aos crimes praticados contra o meio ambiente (lato sensu) penas tão diminutas, que não ultrapassam, no mais das vezes, 2 anos, o legislador infraconstitucional ignorou os ditames constitucionais e ofendeu, indubitavelmente, o princípio da proporcionalidade.

O princípio da proteção deficiente, decorrente do princípio da proporcionalidade, por sua vez, pode ser utilizado como fundamento para a mudança. Com efeito, com lastro nele, pode-se exigir do Poder Legislativo (ainda que por meio da iniciativa do povo – projeto de lei de iniciativa popular, artigos 14, inciso III e 61,§2º, da CR/88) que promova um recrudescimento das penas previstas para os crimes contra o meio ambiente.

Mas, caso isso não seja possível, é dado ao Poder Judiciário, particularmente, ao

Egrégio Supremo Tribunal Federal, com alicerce na ofensa ao princípio da Proporcionalidade, reconhecer a inconstitucionalidade por omissão parcial do Poder Legislativo no que tange à proteção do meio ambiente, fixando para ele prazo para que cumpra seu papel e, de fato, tutele o citado direito fundamental com o aumento das penas previstas aos crimes ambientais. A ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO) encontra-se prevista no artigo 103,§2º, da Constituição da República e pode ser proposta para tornar efetiva norma constitucional.

Sem dúvida, atingiu-se um momento da história em que se mostra imprescindível que os atos sejam orientados com particular atenção às consequências que podem ter para o meio ambiente. O movimento ambientalista no mundo está cada vez mais forte e estável. É uma forma de progresso que garanta tanto à presente quanto às futuras gerações o direito de usufruírem dos recursos naturais existentes está cada vez mais emergindo.

O Princípio da Proibição da Proteção Deficiente se mostra de suma importância, pois, juntamente com o Princípio da Precaução, pode ser utilizado para impor que o Estado assuma seu papel na defesa do meio ambiente. Seja pelo recrudescimento das penas já impostas às condutas tipificadas, como dito, seja:

1. Fortalecendo a proibição de condutas lesivas ao meio ambiente;
2. Provendo a segurança instituindo regras protetivas direcionadas ao empreendedor particular que desenvolve atividades potencialmente lesivas;
3. Evitando os riscos advindos de uma atividade cujas consequências para o meio ambiente ainda são desconhecidas segundo o estado atual da técnica científica;
4. O sopesamento enquanto método de ponderação entre os meios de proteção;
5. Solucionando a tensão entre princípios formais e substanciais;

É no cumprimento dessas concepções da modernidade que o papel da proibição da proteção deficiente assume grande responsabilidade, posto que é nela que o Estado encontrará legitimidade para evitar riscos intoleráveis, proibir condutas lesivas, assim como prover a segurança do cidadão no que tange aos seus direitos sociais e fundamentais.

8 - Considerações Finais

Por fim, como descrito, é de extrema obrigação que se faça valer a proteção ao meio ambiente e a punição a quem o prejudicar, mesmo que seja difícil a identificação do responsável pela degradação ambiental.

A proteção ao meio ambiente era um grande desafio, uma vez que nas leis haviam

lacunas e eram, principalmente, de difícil aplicação. Com o surgimento da Lei n. 9.605, a legislação ambiental no que toca à proteção ao meio ambiente ficou centralizada. Embora seja inegável o seu avanço ao longo dos anos, são evidentes as fragilidades que ainda perduram sobre o Direito Penal Ambiental.

Com efeito, tanto legisladores quanto magistrados devem levar em consideração a vedação à proteção deficiente no desempenho de suas funções para que desta forma seja garantida a tutela integral dos direitos fundamentais. Portanto, é dever do legislador, num primeiro momento, estatuir leis mais rígidas garantindo a proteção do meio ambiente e possíveis sanções realmente satisfatórias para reparar os danos advindos de uma devastação, e do judiciário, posteriormente, dar uma resposta proporcionalmente mais adequada às situações concretas.

Com efeito, o brilhante trecho descrito por Miguel Reale ilustra convenientemente acerca do presente trabalho desenvolvido nesse artigo:

A civilização tem isto de terrível: o poder indiscriminado do homem abafando os valores da natureza. Se antes recorriamos a esta para dar uma base estável ao Direito (e, no fundo, essa é a razão do Direito Natural), assistimos, hoje, a uma trágica inversão, sendo o homem obrigado a recorrer ao Direito para salvar a natureza que morre (REALE, Miguel. Memórias. v. I. São Paulo: Saraiva, 1987, p. 297).

9 - Referências

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

AMOY, R.A. Princípio da Precaução e Estudo de Impacto Ambiental no Direito Brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, Ano VII, nº8 – junho de 2006.

ÁVILA, Humberto. Teoria dos Princípios – **Da Definição à Aplicação dos Princípios Jurídicos**. 5ª .ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

BENJAMIN, Antônio Herman V. **Crimes contra o meio ambiente: uma visão geral**. In: Congresso Nacional do Ministério Público. Ministério Público e democracia. Fortaleza, 1998. Livro de teses, t. 2, p. 391.

BITENCOURT, César Roberto. **Tratado de Direito Penal - Parte Geral**. São Paulo 20ª Ed. 2014.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm>.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente**. Planalto, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.

CRUZ, Ana Paula Fernandes Nogueira. **A culpabilidade nos crimes ambientais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de direito penal: parte geral**. Salvador, BA: editora jusPODIVM, 2013 p.378.

DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do biodireito**. São Paulo: Saraiva, 2001.

FERNANDES, E. F. **Princípio da Vedação à Proteção Deficiente**. Artigo científico apresentada à Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2000.

FREITAS, Gilberto Passos de; FREITAS, Vladimir Passos de. **Crimes contra a natureza**. 8 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

GAVIÃO, J. V. N. A proibição de proteção deficiente. **Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, nº 61, 2008.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**. 13. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

LEHFELD, Lucas de Souza; CARVALHO, Nathan Castelo Branco; BALBIM, Leonardo Iper Nassif; **Código Florestal Comentado e Anotado artigo por artigo**. 3º ed. São Paulo. Editora Método, 2015.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente**; 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

OLIVEIRA, A. P. S. Direito Ambiental Constitucional – Uma Análise principiológica da consolidação do estado protetor do ambiente nas constituições brasileira e portuguesa. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**. Belo Horizonte, nº 51, p. 46-68, jul. – dez., 2007.

GOMES, Luiz Flávio; MACIEL Silvio. **Lei de crimes ambientais – comentários à Lei 9.605/1998**. 2ª ed. São Paulo. Editora Método, 2015.

PINHEIRO, Gleydson Gleber Bento Alves de Lima. **O dever fundamental de proteção do meio ambiente e a proibição da proteção deficiente à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal Brasileiro**. Orientador: Professora Doutora Carla Amado Gomes. Tese de Mestrado da disciplina de Direito Constitucional e Administrativo do Ambiente no âmbito do Curso de Direito Constitucional da Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa, no ano letivo 2011/2012.

PINTO, Oriana Piske de Azevedo Magalhães. **Responsabilidade penal por dano ambiental**. Disponível em: http://www.idcb.org.br/documentos/artigos2301/respon_penal.doc.

REALE, Miguel. **Memórias**. v. I. São Paulo: Saraiva, 1987.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. Coordenação: Pedro Lenza. **Direito Ambiental Esquemático** – 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

RUDOLFO, F. M. **A dupla face dos direitos fundamentais: a aplicação dos princípios da proibição de proteção deficiente e de excesso de proibição no direito penal.** Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.5, n.3, 3º quadrimestre de 2010.

STRECK, Maria Luiza Schafer. **Princípio da Exclusiva Proteção de Bem Jurídico e Tutela Penal do Ambiente.** São Leopoldo, 2008.